



Proposta Metodológica I

Produção de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de propostas de implantação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva

Jesus Carlos Delgado Garcia (Instituto de Tecnologia Social)

CNPq – Processo 48-6257/2007-0

Junho de 2009

SUMÁRIO

Introdução	03
1. Estudo e análise das pesquisas e dados das fontes secundárias – Produto 2	05
Cadastro de fontes e variáveis	05
2. Pesquisa especial: Mercado de trabalho e perfil ocupacional das pessoas com deficiência em região metropolitana (Brasília/DF) – Produto 3	13
3. Levantamento bibliográfico	16

INTRODUÇÃO

O presente relatório é parte integrante do projeto *Produção de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de propostas de implantação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva* realizado em parceria entre o Instituto de Tecnologia Social – ITS e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com financiamento do CNPq.

Os estudos e pesquisas a serem realizados no âmbito do projeto proporcionarão reunir informações e conhecimentos que possibilitem entender as necessidades de tecnologia assistiva¹ dos seus potenciais usuários. Além disso, o projeto busca ainda averiguar como está formado o setor de produção e distribuição de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas.

De forma mais detalhada, o objetivo do projeto consiste na produção de conhecimentos e subsídios sobre a relação entre demanda e oferta de tecnologia assistiva, isto é, sobre o acesso das pessoas com deficiência às ajudas técnicas produzidas no país ou que provenham de importação, visando estabelecer políticas de atendimento às pessoas com deficiência e idosas, na área da tecnologia assistiva, com base num diagnóstico adequado.

As atividades do projeto estão divididas em dois grandes objetivos e nos respectivos produtos:

- Objetivo A – Pesquisas e estudos sobre caracterização da demanda social de ajudas técnicas das pessoas com deficiência e idosos;
 - Produto 1 – Estudo para elaboração de proposta metodológica;
 - Produto 2 – Estudo e análise das pesquisas e dados das fontes secundárias;
 - Produto 3 – Pesquisa especial – Mercado de trabalho e perfil ocupacional das pessoas com deficiência em região metropolitana (Brasília/DF).
- Objetivo B – Pesquisas e estudos sobre a caracterização da oferta de ajudas técnicas para as pessoas com deficiência e idosos.
 - Produto 4 – Estudo para elaboração da proposta metodológica;
 - Produto 5 – Estudo e análise de dados de fontes secundárias disponíveis;

¹ “Tecnologia Assistiva – TA: arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.” In BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva.** Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil (CEDI): Porto Alegre/RS, 2008. Fonte: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf>. Acessado em: 23/06/09.

- Produto 6 – Pesquisa de amostra especial 1;
- Produto 7 – Pesquisa de amostra especial 2.

Este relatório refere-se ao produto 1 (*Estudo para elaboração de proposta metodológica*) do objetivo A do projeto. A proposta metodológica tem como finalidade apresentar a forma como os estudos e pesquisas serão desenvolvidos no âmbito desta etapa do projeto.

Dessa forma, o relatório traz indicações sobre a forma como será desenvolvida a análise de fontes secundárias de informação (produto 2), indicando quais pesquisas serão consultadas e quais variáveis e cruzamentos entre variáveis podem ser realizados, e apresenta também um detalhamento sobre as etapas que serão cumpridas para realização da *Pesquisa especial* (produto 3) a ser realizada no Distrito Federal.

O relatório apresenta também um primeiro levantamento bibliográfico que reúne informações sobre as pessoas com deficiência, em especial que tratem da caracterização socioeconômica deste grupo da população e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

1. Estudo e análise das pesquisas e dados das fontes secundárias – Produto 2

No âmbito das atividades que constam do projeto *Produção de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de propostas de implantação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva* visando realizar uma caracterização socioeconômica da população com deficiência no Brasil, uma das etapas (produto 2) refere-se a elaboração do *Estudo e análise das pesquisas e dados das fontes secundárias*. Neste momento serão consultadas, a fim de realizar essa caracterização, as bases de dados de pesquisas já existentes.

A seguir é apresentado um Cadastro de Fontes e Variáveis relacionando as diferentes bases de dados que serão consultadas e analisadas para elaboração do estudo, bem como suas características e o tipo de informações que poderão ser obtidas ao consultar cada uma delas.

Cadastro de Fontes e Variáveis

As informações estatísticas são cada vez mais importantes para a construção e implementação de políticas públicas no Brasil e no mundo². Para que isso seja possível, a constituição de um sistema nacional de estatística é de fundamental importância para auxiliar nesta tarefa. O levantamento de informações socioeconômicas pode ser resumido em duas naturezas: registros administrativos e pesquisas.

Dentre os registros administrativos brasileiros mais importantes, encontram-se os seguintes: o Cadastro Único – CadÚnico (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS (Ministério da Previdência Social) e a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego). No mundo das pesquisas, principalmente das pesquisas domiciliares, encontram-se: o Censo Demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (também do IBGE), a Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Fundação SEADE e DIEESE).

² Ver UN, Development of Statistics of Disabled Persons: Case Studies. New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 2, 1986; UN, Disability Statistics Compendium. New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 4, 1990. UN, Manual for the Development of Statistical Information for Disability Programmes and Policies. New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 8E, 1996. E UN, Guidelines and Principles for the Development of Disability Statistics. New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 10E, 2001.

A qualidade das informações acerca de populações específicas tem melhorado consideravelmente, tanto nas pesquisas domiciliares como nos registros administrativos. A construção e implementação de um sistema nacional de estatística necessita refletir e dar vazão às demandas sociais específicas. A população com deficiência tem sido considerada, recentemente, como população-alvo de diversas ações e propostas na busca de inclusão destas pessoas na vida societária brasileira. Apesar de décadas de negligência, as questões levantadas pelas pessoas com deficiência têm sido cada vez mais ressaltadas, ainda que se esteja longe do plano ideal, fazendo com que a demanda por estatísticas sobre seu perfil também estivessem acompanhadas. No campo das estatísticas, ainda existem restrições nas pesquisas domiciliares, salvo o Censo Demográfico.

No caso da presente investigação, para viabilizar a elaboração de um estudo que trate das características socioeconômicas das pessoas com deficiência no Brasil é necessário recorrer às pesquisas e registros administrativos já realizados no país que abordam o tema em seu escopo. Neste caso, as principais fontes a serem consultadas são o Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Além dessas fontes, será possível obter informações também através do Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas do DIEESE (SACC-DIEESE). A seguir constam informações mais detalhadas sobre cada uma dessas fontes.

Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O Censo Demográfico 2000 (último levantamento realizado) do IBGE é uma das principais fontes de informação para a análise e o aprofundamento sobre a realidade nacional, produzindo uma série de dados fundamentais para o conhecimento da dinâmica populacional, possibilitando o subsídio à orientação de políticas públicas.

A metodologia utilizada no Censo Demográfico 2000 baseia-se em dois tipos de questionários: um básico e um completo, sendo que o questionário completo é dirigido somente a uma amostra da população total³.

³ A seleção da amostra baseou-se nos seguintes princípios: nos municípios com até 15 mil habitantes, considerando-se a população projetada para o ano 2000, em um a cada cinco domicílios (20% do total) aplicou-se o questionário da amostra; nos municípios com população acima de 15 mil habitantes a proporção foi de 10%, ou seja, o questionário da amostra foi aplicado em um a cada dez domicílios.

Censo Demográfico – Universo

Os resultados do universo (aplicação do questionário básico) retratam as características básicas dos domicílios e das pessoas que foram investigadas, disponibilizando informações desagregadas por sexo, grupos de idade, situação do domicílio, entre outras.

Censo Demográfico – Amostra

Os resultados referentes ao levantamento amostral revelam com maior detalhamento as características dos domicílios pesquisados, agregando outras informações ao questionário básico.

O questionário completo inseriu cinco variáveis capazes de distinguir as pessoas com deficiência. O quadro a seguir apresenta essas variáveis.

QUADRO – VARIÁVEIS DO CENSO 2000 QUE TRATAM DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

Quesito 4.10 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS? (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

Assinalar, conforme o caso:

1 - SIM - se confirmada a existência de deficiência mental permanente, exclusive doença mental, que impeça a pessoa de exercer suas atividades de rotina, tais como: trabalhar, ir à escola, brincar, cuidar dos afazeres domésticos, etc.

2 - NÃO

Não considerar como deficiência mental perturbações ou doença mental, tais como: autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

Nota: Em geral, a deficiência mental se manifesta na infância ou até os 18 anos de idade.

Quesito 4.11 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE ENXERGAR ? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)

Conforme a declaração, assinale:

1 - INCAPAZ - para a pessoa que se declare totalmente cega desde o nascimento, ou que tenha perdido totalmente a visão por motivo de doença ou acidente;

2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE - para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato;

3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE - para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato; e

4 - NENHUMA DIFICULDADE - para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade para enxergar, ainda que isso exija o uso de óculos ou lentes de contato.

Continua na próxima página.

Continuação

Quesito 4.12 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE OUVIR ?(Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

Conforme a declaração, assinale:

- 1 - INCAPAZ - para a pessoa que se declare totalmente surda desde o nascimento, ou que tenha perdido totalmente a audição por motivo de doença ou acidente;
- 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE - para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo;
- 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE - para pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo; e
- 4 - NENHUMA DIFICULDADE - para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade para ouvir, ainda que isto exija o uso de aparelho auditivo.

Quesito 4.13 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE CAMINHAR/SUBIR ESCADAS ?

(Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

Conforme a declaração assinale:

- 1 - INCAPAZ - para a pessoa que se declare incapaz de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, por deficiência motora, decorrente de lesão do sistema nervoso em caráter permanente;
- 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE - para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar;
- 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE - para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar; e
- 4 - NENHUMA DIFICULDADE - para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade de caminhar ou subir escada sem ajuda de outra pessoa, ainda que isto exija o uso de prótese ou aparelho auxiliar. Considerar, neste item, as crianças que ainda não chegaram ou se encontram em fase de caminhar.

Continua na próxima página.

Continuação

Quesito 4.14 - TEM ALGUMA DAS SEGUINTE DEFICIÊNCIAS: (Assinale somente uma alternativa, priorizando a ordem apresentada)

- 1 – PARALISIA PERMANENTE TOTAL - para a pessoa que se declare tetraplégica ou quadriplégica, ou seja, possui paralisia dos quatro membros;
- 2 – PARALISIA PERMANENTE DAS PERNAS - para a pessoa que se declare paraplégica;
- 3 – PARALISIA PERMANENTE DE UM DOS LADOS DO CORPO - para a pessoa que se declare hemiplégica;
- 4 – FALTA DE Perna, BRAÇO, MÃO, PÉ OU DEDO POLEGAR - para a pessoa que declare não ter um ou os dois membros superiores, ou inferiores ou ambos, desde o nascimento ou por posterior amputação, devido à doença ou acidente. Considere a perda de braço, antebraço, mão, dedo polegar, perna, parte da perna ou pé; e
- 5 – NENHUMA DAS ENUMERADAS - para a pessoa que não possui nenhuma das deficiências enumeradas.”

Fonte: IBGE, Manual do Recenseador Censo Demográfico 2000, Rio de Janeiro, 2000, pgs 61-62.

Segundo o Manual do Recenseador do Censo Demográfico a finalidade de incluir o tema da deficiência física ou mental na pesquisa é conhecer o número de pessoas que se avaliam como portadoras das principais deficiências, assim como o grau e o tipo de deficiência, para o adequado planejamento de medidas que beneficiem esta parcela da população.

No caso específico da primeira variável, relativa às pessoas com deficiência mental permanente, é possível identificar algumas especificidades. Primeiramente, o Censo fez uma distinção entre doença mental (esquizofrenia, autismo, etc) e deficiência mental, abordando exclusivamente o segundo caso. Além disso, quem deve responder não é a própria pessoa, mas alguém relacionado a ela. Já para as demais variáveis não há exigência para que a resposta seja dada por outro que não aquele que possui alguma deficiência.

Pela metodologia do IBGE, o fato de ser auto-declaratório já indica o caráter subjetivo do tratamento das pessoas com deficiência. O que algumas pessoas podem considerar como “alguma dificuldade permanente” em relação ao sentido visual, auditivo ou de locomoção pode não ser considerado necessariamente como deficiência por outro. Sua resposta pode estar carregada de um viés subjetivo que pode distorcer o conjunto de informações. Portanto, essa especificidade deve ser considerada por aqueles que analisam os dados oriundos do Censo Demográfico, mas, de forma alguma, desqualifica as informações sobre essa população.

O Censo Demográfico 2000 registrou 24,6 milhões de deficientes, perfazendo 14,5% da população. Não resta dúvida de que em relação às pesquisas anteriores e aos registros administrativos presentes até o momento da divulgação destas informações, o elevado percentual fez com que as questões referentes às pessoas com deficiência tivessem uma nova abordagem no país.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) coleta anualmente dados do mercado de trabalho formal referentes aos empregados celetistas, estatutários, avulsos, temporários, por prazo determinado, dentre outros, segundo remuneração, grau de instrução, ocupação, nacionalidade e informações referentes aos estabelecimentos relativos à atividade econômica, área geográfica, entre outros.

Os principais objetivos da RAIS são:

- Subsidiar o controle da nacionalização do trabalho conforme a Lei dos 2/3;
- Prestar subsídios ao controle relativo ao FGTS e à Previdência Social;
- Viabilizar o pagamento do Abono Salarial (Art. N.239 CF e Lei n.º 7.998/90) aos trabalhadores com renda média de até dois salários mínimos;
- Subsidiar as políticas de formação de mão-de-obra;
- Compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais;
- Gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal brasileiro.

A versão de microdados da RAIS permite obter dados sobre os estabelecimentos (CNPJ, CEI, Razão Social, Endereço, CEP, etc.) e sobre os empregados (Nome, CPF, PIS, etc.) e, neste caso, inclui informações sobre a ocorrência e o tipo de deficiência de cada trabalhador. Sendo assim, os microdados da RAIS permitem realizar um levantamento de diferentes aspectos dos postos de trabalho ocupados por pessoas portadoras de deficiência, além de possibilitar a comparação entre as características ocupacionais desse grupo e os demais trabalhadores.

Podem existir ainda alguma subestimação em relação ao total de deficientes no país, mas decorre principalmente da ampla definição utilizada no caso do Censo Demográfico 2000 e a legislação específica para a contratação de pessoas com deficiência.

Por outro lado, também podem ser realizados um perfil dos estabelecimentos voltados para a produção de equipamentos voltados para a tecnologia assistiva. Assim, se forem considerados as classes CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica) específicas para a produção de cadeiras-de-rodas, por exemplo, teríamos um acompanhamento deste setor ao longo do tempo.

A seguir estão relacionados alguns cruzamentos possíveis de serem realizados a partir dos microdados da RAIS:

- a. Atributos pessoais dos empregados (sexo, idade/faixa etária, cor ou raça, deficiência, número de empregos em 31 de dezembro do ano-base);
- b. Atributos do vínculo empregatício (tempo de permanência no emprego, tipo de vínculo empregatício, classificação ocupacional, remuneração mensal, setor público ou privado, município do local de trabalho);
- c. Atributos dos estabelecimentos (setor de atividade econômica, tamanho do estabelecimento, folha anual, natureza jurídica dos estabelecimentos, município do estabelecimento, tempo de abertura do estabelecimento).

O cruzamento de todas as informações acima pode traçar um perfil dos deficientes empregados em 2006 e 2007. A utilização das informações para estes anos, partindo dos microdados da RAIS devem ser cuidadosamente observados, pois ocorre em momento de uma melhoria na captação destas informações neste registro administrativo.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A Constituição Federal de 1988 passou a garantir o direito ao pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho pertencentes a famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Esse benefício, denominado Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O MDS disponibiliza um banco de dados que permite obter informações sobre a evolução da concessão de benefícios desde 1996 – início da concessão – até os dias atuais, assim como os

Produção de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de propostas de implantação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva

gastos efetuados, por município ou unidade da Federação. A consulta a esta base de dados permitirá verificar se as pessoas com deficiência impossibilitadas de trabalhar e vivendo em famílias pobres estão tendo acesso a um benefício garantido pela Constituição Federal.

Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas (SACC-DIEESE)

Diante do crescimento significativo do número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, alcançado através do cumprimento da Lei de Cotas, a representação de trabalhadores de algumas categorias profissionais passou a incluir pontos específicos voltados para estes trabalhadores nas negociações coletivas, buscando alcançar direitos específicos para este grupo. As reivindicações vão desde a garantia pelo cumprimento da Lei de Cotas até adequação do local de trabalho e oferecimento de qualificação profissional específica para os deficientes. O SACC-DIEESE oferece a possibilidade de verificar com maiores detalhes de que forma esta questão vem sendo abordada nas negociações entre trabalhadores e empresários.

O SACC-DIEESE foi desenvolvido pela instituição para o registro e recuperação de informações constantes de acordos e convenções coletivas de trabalho de diversas categorias profissionais no Brasil, tendo como objetivo principal subsidiar o movimento sindical brasileiro nos processos de negociação coletiva, bem como viabilizar estudos e pesquisas de interesse dos trabalhadores.

O SACC-DIEESE é constituído por um painel fixo de categorias profissionais, cujos contratos são considerados paradigmáticos para as negociações coletivas em nível regional, setorial ou nacional. Em 1993, ano de implantação do sistema, o painel era composto por 94 negociações coletivas e abrangia cerca de trinta categorias profissionais em catorze unidades da federação e quatro regiões geográficas, além de três negociações nacionais. Em 2003, o painel foi ampliado para 220 negociações coletivas (entre acordos e convenções coletivas), passando a acompanhar cerca de cinqüenta categorias profissionais em dezoito unidades da federação e cinco regiões geográficas, assim como dezessete negociações nacionais.

Através do SACC-DIEESE será verificado quais categorias profissionais – incluindo a base territorial correspondente – já avançaram na inclusão de cláusulas que garantam direitos específicos aos trabalhadores portadores de deficiência, além de apontar qual tipo de direito está sendo assegurado.

2. Pesquisa especial: Mercado de trabalho e perfil ocupacional das pessoas com deficiência em região metropolitana (Brasília/DF) – Produto 3

A fim de aprofundar o trabalho de caracterização socioeconômica da população com deficiência realizado a partir da análise de fontes secundárias de informação, o projeto possibilitará também a realização de uma pesquisa domiciliar no Distrito Federal. Essa atividade, embasada em um questionário elaborado pelo DIEESE em parceria com o ITS, trará novas informações que complementarão o levantamento realizado a partir de fontes secundárias e serão de fundamental importância para compreensão de questões relacionadas aos deficientes.

A seguir são apresentados os passos a serem realizados para concretização da pesquisa domiciliar.

Pesquisa domiciliar

A pesquisa domiciliar foi desenhada com uma amostra probabilística com base no Censo Demográfico 2000. No Distrito Federal, foram 75 sorteados setores censitários que serão percorridos pelos pesquisadores. Este total de setores censitários permite espalhar a amostra de forma a otimizar os resultados da amostra para todo o território distrital. Considerando que na amostra do Censo Demográfico 2000, havia cerca de 30 pessoas com deficiência por setor censitário, o DIEESE decidiu que por haver um distanciamento desde o ano 2000, o mais ponderável seria considerar um mínimo de 20 pessoas com deficiência em cada setor censitário. Portanto, a amostra mínima da pesquisa é de 1.500 pessoas entrevistadas, podendo atingir o dobro deste valor.

Todos os domicílios nestes setores censitários serão entrevistados na procura por pessoas com deficiência. Naqueles domicílios em que se encontram pessoas com o perfil do público-alvo da pesquisa, serão entrevistadas as pessoas com deficiência ou os responsáveis pelo domicílio em dois dos casos possíveis: quando se tratar de uma pessoa com deficiência menor de 10 anos de idade e diante da incapacidade da própria pessoa com deficiência de responder.

Para auxiliar na definição do perfil do público-alvo da pesquisa, é fundamental conceituar de forma clara e precisa quem são as pessoas com deficiência. Após reunião interna no DIEESE, foram definidos algumas situações onde se pode caracterizar as pessoas com deficiência: deficiência mental, autismo (segundo recomendação do próprio ITS), deficiência auditiva,

deficiência visual, deficiência motora, deficiência da fala, nanismo e múltipla. Uma segunda pergunta sobre a deficiência é se a pessoa foi diagnosticada (com laudo médico) como pessoa com deficiência ou não. Estas perguntas são prévias à aplicação do questionário pois delimita o público-alvo que foi selecionado.

O ponto de partida do conceito a ser utilizado nesta pesquisa deriva do Censo Demográfico 2000, complementado com alguns pontos específicos decorrentes de conversas internas do DIEESE e do ITS. Esta conceituação tem como meta, abranger a todos os aspectos que englobam a vida cotidiana das pessoas com deficiência, em detrimento de questões com tendenciosidades subjetivas.

O questionário preliminar será composto por blocos de perguntas que seguem na seguinte ordem, ressaltando que o ITS pode opinar para aperfeiçoar o questionário:

- Atributos pessoais (sexo, idade, cor ou raça, e questões sobre a escolaridade e temas relacionados à formação da pessoa com deficiência);
- Causas da deficiência diferenciadas para cada deficiência (congênita, acidente de trabalho, acidente de trânsito, acidente de outro tipo, decorrente de lesão do sistema nervoso, etc.);
- Tipo de equipamento utilizado (aprofundando questões que serão construídas em conjunto com os técnicos do ITS);
- Tratamento médico (plano de saúde, utilização de rede pública, acesso ao tratamento, frequência de visita médica, atendimento por associações, ONGs ou outras instituições, perspectiva de reabilitação, dentre outras);
- Participação economicamente ativa (ocupado ou desempregado – acrescido de perguntas específicas sobre o acesso ao local de trabalho, a liberação do trabalho para tratamento médico, benefícios especiais, readaptação, remuneração, forma de inserção na ocupação – cotas – discriminação na procura por trabalho, na contratação da ocupação atual ou em relação à vida laboral atual – promoção, salarial, etc.);
- Família e vida conjugal (estado civil, vida conjugal, número de pessoas que auxiliam nos cuidados com a pessoa com deficiência, benefício do INSS, BPC, renda familiar, transporte, lazer e diversão, etc.).

Salienta-se que o questionário tem um fluxo específico para cada tipo de deficiência. Muitas vezes o questionário parece grande, mas o respondente só é entrevistado sobre algumas perguntas. No caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego, apesar de conter 65 questões, em média, uma pessoa responde somente a 15 perguntas, em decorrência deste fluxo.

O questionário preliminar será objeto de reunião específica com o ITS. A inclusão de novos blocos de perguntas deve ser também abordado de acordo com demandas da equipe do ITS, desde que não estenda muito o questionário. Após esta reunião, será possível preparar o material para o treinamento dos pesquisadores.

3. Levantamento bibliográfico

O tema da deficiência física e mental e, em especial, as diversas dificuldades enfrentadas por esta população desperta o interesse de estudiosos de várias áreas, disponibilizando um extenso material para consulta. Entretanto, para este trabalho em específico serão priorizados como referência bibliográfica os trabalhos que abordam as características socioeconômicas das pessoas portadoras de deficiência, com foco na inserção/exclusão no mercado de trabalho.

CNB/CUT - Executiva Nacional; Sindicato dos Bancários. **Igualdade de oportunidade:** todo mundo sai ganhando com a adoção de novas práticas. São Paulo: CNB / CUT, 1999. 17 p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/cedoc/006029.pdf>

Cartilha que busca esclarecer as diferentes formas de discriminação presentes na sociedade e as possibilidades atuação para combatê-las

CHAGAS, Ana Maria de Resende; VIOTTI, Renato Baungartrz. **Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o Censo em 1991.** Brasília - DF: IPEA, 2003. 36 p. (Texto para Discussão, 975). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

O artigo divulga e analisa os dados do Censo de 1991 relativos à pessoa com deficiência, fazendo uma caracterização deste grupo populacional

CLEMENTE, Carlos Aparício. **Trabalhando com a diferença:** responsabilidade social, inclusão de portadores de deficiência. Osasco, SP: Espaço da Cidadania, 2004.

A publicação aborda as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tratando das possibilidades de ocupação, rendimentos, educação formal e qualificação profissional e as leis de cotas como forma de concretizar esta inserção.

CLEMENTE, Carlos Aparício. **Trabalho e inclusão social de portadores de deficiência.** Osasco: Gráfica e Editora Peres, 2003.

O livro tem como objetivo quantificar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho na região de Osasco/SP e mostrar as dificuldades para que essa inclusão ocorra de forma plena.

CLEMENTE, Carlos Aparício e SILVA, Cristiane Alves. **Agir pela inclusão:** ação social pelo acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Osasco: Ed. do Autor, 2006.

O livro relata o esforço de diferentes entidades – escolas, sindicatos, organizações não-governamentais, etc – e de órgãos públicos visando possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Esse grupo definiu prioridades a serem enfrentadas buscando ampliar as possibilidades de inserção, as quais a publicação apresenta.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Negociações coletivas de trabalho:** garantias a trabalhadores com deficiência. São Paulo - SP: DIEESE, fev. 2006. 44 p. (Estudos e

Pesquisas n° 17). Disponível em:
http://www.dieese.org.br/cedoc/estpesq17_pessoasdeficientes.pdf

O estudo tem por objetivo apresentar as cláusulas constantes de acordos e convenções coletivas de trabalho que asseguram garantias às pessoas com deficiência. Para tanto, foram analisados os instrumentos normativos registrados no Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas – SACC-DIEESE. Apresenta-se um panorama da negociação sobre esse tema, de forma a detectar sua presença nos instrumentos normativos firmados pelas diversas categorias profissionais e revelar a natureza das garantias pactuadas. Espera-se, assim, disseminar as conquistas do movimento sindical brasileiro neste campo e subsidiar sua reflexão para as ações sindicais.

FONTOURA, Daniele dos Santos e PICCININNI, Valmíria Carolina. Inserção de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. Revista ABET, vol. VII, n. 2/2008.

O estudo tem como objetivo investigar as relações e as condições de trabalho das pessoas com deficiência que prestam serviços como terceirizadas por meio da Associação Canoense de Deficientes Físicos – ACADEF na Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP de Canoas/RS.

JAIME, Lucíola Rodrigues. A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: o resgate de um direito de cidadania. Lucíola Rodrigues Jaime, José Carlos do Carmo. São Paulo: Ed. dos Autores, 2005.

O livro aborda pontos da Lei de Cotas que têm sido motivo de dúvidas e interpretações equivocadas, como, por exemplo, quais empresas estão enquadradas nesta obrigatoriedade, qual o número de vagas a serem preenchidas, qual o conceito legal de pessoa com deficiência e reabilitada profissionalmente, como age a DRT/SP nos casos de irregularidade, entre outros aspectos.

NERI, Marcelo [et al.]. Retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

O estudo traça um retrato do universo das pessoas com deficiência, indicando: quem são, onde moram, o que fazem, etc, a fim de propor alternativas de políticas de inclusão social, passando por diferentes canais de inserção como escola, saúde, família, transferências de renda e inclusão trabalhista.

PASTORE, José. Oportunidades de Trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: LTr, 2000.

O autor analisa as causas da baixa participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro em relação a outros países e quais são as possibilidades de ampliação dessa participação.

SINDICATO DOS METALURGICOS DE OSASCO E REGIÃO. Inclusão no setor metalúrgico e pessoas com deficiência: contribuição do setor metalúrgico da Região de Osasco para a contratação de pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais trabalhadores.

O trabalho identificou o grau de cumprimento da Lei de Cotas em 2008 pelas empresas metalúrgicas da base do sindicato, indicando que, através de ações de fiscalização e sensibilização sobre o tema pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Osasco e Região e o Sindicato, ao longo dos últimos 8 anos o número de

deficientes contratados cresce ano a ano, chegando a superar em algumas empresas as metas estabelecidas pela Lei de Cotas.

UNITED NATIONS. **Development of Statistics of Disabled Persons: Case Studies.** New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 2, 1986.

UNITED NATIONS. **Disability Statistics Compendium.** New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 4, 1990.

UNITED NATIONS. **Manual for the Development of Statistical Information for Disability Programmes and Policies.** New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 8E, 1996.

UNITED NATIONS. **Guidelines and Principles for the Development of Disability Statistics.** New York, Statistics on Special Populations Groups, Series Y, No. 10E, 2001.